



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MATHEUS HONORATO DA SILVA SANTOS

**NO TEMPO DE UM “HERÓI”: A IMPRENSA SERGIPANA E O CULTO A FAUSTO
CARDOSO ANTES DA INAUGURAÇÃO DO SEU MONUMENTO (1906-1912)**

**SÃO CRISTÓVÃO
2023**

MATHEUS HONORATO DA SILVA SANTOS

**NO TEMPO DE UM “HERÓI”: A IMPRENSA SERGIPANA E O CULTO A FAUSTO
CARDOSO ANTES DA INAUGURAÇÃO DO SEU MONUMENTO (1906-1912)**

Artigo científico apresentado ao Departamento de História (DHI) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção de nota na disciplina de Prática de Pesquisa.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa

**SÃO CRISTÓVÃO
2023**

Resumo

O presente artigo se embasa na problemática da formação do culto ao político sergipano Fausto de Aguiar Cardoso na perspectiva da construção de uma memória coletiva por meio dos ritos fúnebres promovidos em sua homenagem. Pretende-se investigar a função dessas manifestações organizadas pelo grupo faustista no contexto do embate de memórias travado com os olimpistas, partidários do monsenhor Olímpio Campos. Para tanto, evoca-se alguns conceitos pertinentes, quais sejam o de memória coletiva e o de lugares de memória, além do contraponto entre dois tipos distintos de sociedade existentes no passado e no presente. Recorre-se também a um aparato de fontes documentais constituído por jornais que divulgaram as exéquias e romarias, cuja realização periódica objetivou legitimar a fabricação dos atributos de herói e mártir conferidos ao deputado assassinado durante uma revolta ocorrida na cidade de Aracaju.

Palavras-chave: História de Sergipe; lugar de memória; memória coletiva; Revolta de Fausto Cardoso; ritos fúnebres.

Abstract

This article is based on the problematic of the formation of the cult of the Sergipe politician Fausto de Aguiar Cardoso in the perspective of the construction of a collective memory through the funeral rites promoted in his honor. It is intended to investigate the function of these demonstrations organized by the group of Fausto in the context of the clash of memories waged with the group of Olímpio, supporters of Monsignor Olímpio Campos. To this end, some pertinent concepts are evoked, such as collective memory and places of memory, in addition to the counterpoint between two distinct types of society existing in the past and in the present. It also uses an apparatus of documentary sources consisting of newspapers that publicized the funerals and pilgrimages, whose periodic realization aimed to legitimize the manufacture of the attributes of hero and martyr conferred on the deputy murdered during a revolt that occurred in the city of Aracaju.

Keywords: Sergipe's History; place of memory; collective memory; insurrection of Fausto Cardoso; funeral rites.

Considerações preliminares

Por volta das onze horas da manhã do dia 28 de agosto de 1906, o deputado federal Fausto de Aguiar Cardoso, sergipano do município de Divina Pastora, exalou o seu último suspiro após ser baleado letalmente no desfecho de uma revolta que objetivava a destituição do grupo político encabeçado pelo monsenhor Olímpio de Sousa Campos, então presidente do estado de Sergipe. Os disparos de autoria até hoje desconhecida também vitimaram um outro sujeito, Nicolau Nascimento, que seria enterrado junto ao deputado no Cemitério Santa Isabel. A chamada Revolta de Fausto Cardoso fora deflagrada apenas dezoito dias antes, em 10 de agosto, mas já vinha sendo arquitetada pelo grupo faustista. Diante de um cenário de crise econômica que perdurava por anos em Sergipe, atribuiu-se aos olimpistas a responsabilidade pela situação decadente do estado, ocasionada por uma política conservadora de caráter oligárquico. Intencionando revidar a morte do pai, os filhos de Fausto Cardoso assassinaram

Olímpio Campos no Rio de Janeiro em 9 de setembro daquele ano, e ambas as mortes, a de Fausto Cardoso e a de Olímpio Campos, motivaram, ao longo dos anos posteriores à revolta, a formação de um embate entre memórias que opôs os faustistas aos olimpistas.

A bibliografia sobre os acontecimentos desse período é relativamente ampla, tendo sido a referida revolta, no que se inclui os seus antecedentes e desdobramentos, explorada por vários autores, entre os quais podemos destacar, de antemão, José Cupertino Dantas, José Calasans Brandão da Silva e a Prof.^a Dr.^a Terezinha Alves de Oliva. No caso de Terezinha Oliva, por exemplo, a sua análise enquadra o evento no âmbito da política nacional da Primeira República no livro *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*, utilizado como referência para a elaboração deste artigo. Ressaltamos, ademais, as relevantes pesquisas do Prof. Dr. Giliard da Silva Prado acerca do papel desempenhado por documentos e monumentos na constituição da memória, apropriando-se de alguns conceitos, tais como o de documento/monumento, proposto por Jacques LeGoff no clássico *História e Memória*, além do conceito de representação, um dos diversos objetos de análise do campo da sociologia e da História Cultural.

Na revisão da bibliografia, não foram encontradas pesquisas prévias com enfoque, especificamente, na formação de uma memória coletiva por intermédio dos ritos funerários anteriores à instalação da estátua em homenagem a Fausto Cardoso. Tais ritos abrangem as missas fúnebres realizadas na Igreja Matriz de Aracaju, e as romarias, as quais, segundo jornais veiculados naquele período, deslocavam milhares de populares com destino ao Cemitério Santa Isabel. Essa necrópole constituiu o local onde repousou o corpo do líder faustista desde o seu sepultamento, em 29 de agosto de 1906, até a transladação dos seus restos mortais para a base do monumento, no dia 15 de agosto de 1912, às vésperas do sexto aniversário do seu assassinato. Isto posto, salientamos que é no intuito de preencher a lacuna supradita que subjaz a pertinência do presente trabalho de pesquisa. Em outras palavras, objetivamos entender qual foi o papel desempenhado pelos ritos fúnebres na construção de uma memória coletiva no âmbito do culto a Fausto Cardoso.

Suscitando-se uma proposta de interdisciplinaridade, esta pesquisa se norteará por discussões teórico-metodológicas apresentadas por autores como Jacques LeGoff (2013), Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Loiva Otero Félix (2004), João José Reis (1991) e Byung-Chul Han (2017), tendo-se como finalidade oportunizar o entendimento da constituição da memória por meio da aplicação de um arcabouço bibliográfico específico. Ressalta-se, entretanto, que não se ambiciona esgotar as possibilidades de abordagem do

assunto, tendo em vista que trabalhos de pesquisa posteriores haverão de complementar as discussões aqui expostas, provocando novos debates sobre esta temática no campo acadêmico.

Uma análise preliminar acerca da relação entre a formação da memória coletiva e o culto a Fausto Cardoso

Para entendermos a constituição do culto à memória de Fausto Cardoso, devemos, a princípio, ressaltar o fato de o tempo dos faustistas e olimpistas possuir algumas diferenças em relação à contemporaneidade, ou seja, o momento no qual convivemos. Trata-se de dois tipos distintos de sociedade; uma que se processou no passado, e outra que ainda está em andamento. Veremos que na época de Fausto Cardoso, a sociedade se caracterizava pela predominância da disciplinaridade, mas que na atualidade integramos uma sociedade guiada especialmente por produção e desempenho. Há de se pontuar, porém, que a sociedade disciplinar também se baseava em relações de desempenho, mas o seu caráter elementar era a disciplinaridade. De todo modo, a discussão teórica sobre essa diferenciação se faz pertinente para delinear as particularidades da estrutura de cada uma das sociedades que mencionamos. Vejamos quais seriam as especificidades da sociedade disciplinar e da sociedade de desempenho.

Os sujeitos de obediência da sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault não mais pertencem ao mundo contemporâneo. No lugar do paradigma da disciplinaridade, cujas relações estabelecidas entre grupos e indivíduos se baseavam na delimitação do tempo e do espaço, desponta agora uma sociedade movida pela dinâmica do desempenho. Por conseguinte, a presença do elemento da negatividade advinda da proibição cede lugar, gradativamente, para a positividade orientada pela performance, que preconiza a maximização da produção por meio de uma afirmação coletiva sintetizada na noção do *Yes, we can* – “sim, nós podemos”.

A ideia de distinção entre a sociedade disciplinar de Foucault e a sociedade do desempenho é trabalhada por Byung-Chul Han (2017) e pode ajudar-nos a compreender alguns aspectos importantes referentes à lógica de funcionamento do tempo de Fausto Cardoso e do grupo faustista, possibilitando uma comparação entre essa época e o contexto que hoje vivenciamos. O referido autor adverte que as instituições disciplinares – fábricas, hospitais, presídios, asilos quartéis, entre outras –, apesar de ainda existirem, incompatibilizam-se com a estrutura da sociedade de desempenho, na qual os chamados sujeitos de produção tendem a se inserir em relações guiadas por “(...) academias de *fitness*, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, *shopping centers* e laboratórios de genética”. (Ibid., p. 23).

Assim, a positividade do poder, que substituiu a negatividade da proibição inerente à sociedade disciplinar, propiciou o surgimento de uma concepção de que a obediência não se deve apenas ao outro, mas ao próprio indivíduo perante si mesmo, e, por consequência, a alteridade outrora predominante foi suplantada pelo fator da individualidade. Pressupomos, destarte, que o tempo dos faustistas forjou a figura de um herói em função da predisposição propiciada pela sociedade disciplinar para fazê-lo, tendo em vista que os sujeitos não se autodenominavam heróis; eles heroicizavam o *outro*.

Assim sendo, inferimos que, na ótica do grupo faustista, o deputado Fausto Cardoso se tornou o protagonista de um enredo político conturbado, cujos desdobramentos o elevaram à condição de “herói sacrificado” (DANTAS, 1943, p. 60) no decorrer da consumação de um processo figurativamente apoteótico, o qual, por seu turno, espraiou-se para além da alçada política sergipana. Propomos, portanto, tentar localizar os sentidos e os significados dessa construção, orientando-nos pela premissa cardeal de que a idealização da imagem de um “mártir de uma causa” (CALASANS, 1945, p. 22) não se efetivou no plano da mera casualidade, isto é, desprovida de um propósito concreto suscitado pelo grupo responsável por fabricá-la. Para executarmos tal investigação, faz-se indispensável evocar a problemática relativa ao campo da memória coletiva, a fim de identificar os motivos pelos quais a morte de um líder revoltoso, que encabeçou uma dissidência malograda, provou ser capaz de aglomerar, em romarias e exéquias, volumoso quantitativo de público presente.

Enquadrando a Revolta de Fausto Cardoso no panorama da República oligárquica, Terezinha Oliva (1985) reconstitui esse acontecimento, correlacionando-o com a configuração do sistema de oligarquias que se respaldava na Política dos Governadores, uma espécie de pacto firmado entre o Governo Federal, sediado no Rio de Janeiro, e os Estados. Uma vez amparada pela Carta Magna então vigente, ou seja, a Constituição Federal da República de 1891, essa política de cunho oligárquico assegurava a permanência dos grupos detentores do poder nos Estados e garantia a rápida dissolução de quaisquer projetos de natureza oposicionista. Como veremos, a própria revolta liderada por Fausto Cardoso em 1906 se tornou exemplo de uma investida fracassada da oposição, já que o Governo Federal logo interviu para dissolver o movimento e restituir o poder político do grupo olimpista em Sergipe.

Sobre a situação econômica de Sergipe na época da revolta, a historiadora aponta que o estado se encontrava em crise econômica decorrente da situação de dependência em relação à Bahia e ao Rio de Janeiro, estando incapaz de enfrentar concorrências robustas que lhe asfixiavam e faliavam a economia local, deixando-a vulnerável. Nesse ínterim, a crise acarretava

problemas de infraestrutura, os quais expunham fragilidades expressivas nos serviços de saneamento e iluminação pública, especialmente no que compete à capital sergipana.

Segundo a autora, tanto o Pe. Olímpio Campos quanto Fausto Cardoso ascenderam à política gradativamente, ganhando notoriedade em seus respectivos ambientes de atuação; enquanto o sacerdote estava inserido em um meio mais conservador da política, o tribuna divina-pastoreense advinha de uma campanha de vertente republicana, tendo se formado pela Faculdade de Direito do Recife. Eleito o padre para a presidência de Sergipe, a propaganda antiolimpista se enunciou, denunciando a crise e responsabilizando o presidente do Estado pelo descaso. Fausto Cardoso, que obtivera prestígio político durante a sua passagem pela capital federal na última década do século XIX, ainda cumpriu o triênio 1900-1902 do cargo de deputado federal por Sergipe antes de liderar o ambicioso movimento de oposição que objetivava derrubar o olimpismo.

Fausto Cardoso (...) ascendeu como orador vibrante, empreendendo da tribuna da Câmara dos Deputados campanhas memoráveis. Mais teórico que prático, faltava-lhe a posição estudada, a capacidade de transigir, a frieza e a habilidade dos políticos. Idealista, expunha-se com facilidade e oferecia a vida em sacrifício, quando se lhe esgotavam os argumentos em favor das causas que defendia. A princípio, preocupado com os grandes problemas nacionais, envolveu-se afinal na política do Estado, liderando os adversários de Olímpio Campos em 1906. (Ibid., pp. 71-72).

Inicialmente anunciadas por Fausto Cardoso na tribuna, as supostas arbitrariedades cometidas por Olímpio Campos na presidência de Sergipe delinearão o pano de fundo de uma disputa de ideias entre faustistas e olimpistas. A autora explica que a oposição, no entanto, necessitava de uma coesão da qual não dispunha, e, por isso, fundou o Partido Progressista, que acabou logrando a almejada deposição de Olímpio Campos apenas uma semana após a sua instituição. Deposto o governo olimpista, lançou-se mão de uma recomposição administrativa para viabilizar a nomeação de políticos progressistas, ou seja, adeptos do partido de Fausto Cardoso. Entretanto, os anseios da oposição foram frustrados pela intervenção do Governo Federal que entrara em vigor com a finalidade precípua de repor o governo olimpista.

A tentativa de reposição do dia 28 de agosto de 1906 foi precedida por uma negociação infrutífera, resultando no saldo de óbitos ao qual já nos referimos. O grupo faustista reivindicou a abertura de um inquérito para averiguar a autoria dos disparos, mas a investigação nunca foi efetuada, e, por consequência disso, jamais se reuniu provas suficientes para indicar o nome do assassino, logo, a sua identidade continua desconhecida até hoje.

Mas como explicar o embate entre memórias que se estabeleceu entre partidários e adversários do faustismo? De que maneira se constituiu a formação de uma memória coletiva em torno do culto ao deputado Fausto Cardoso? Principiemos a responder tais indagações pela definição do termo *memória*, que, segundo Jacques LeGoff (2013) se refere a um conjunto de funções psíquicas, as quais permitem ao homem a atualização de impressões e informações registradas no passado ou que são representadas como informações passadas. O historiador observa que a memória, seja individual ou coletiva, submete-se a manipulações conscientes ou inconscientes que se norteiam por interesses subjacentes de grupos dominantes, o que tende a ocasionar esquecimentos e omissões intencionais. De toda sorte, o autor atesta que a memória consiste em um dos elementos fundamentais para a construção da identidade.

Escrutinando as nuances da memória coletiva, Maurice Halbwachs (2006) explana a tese de que o nível de confiança de uma memória individual se eleva quando a experiência com a qual ela se relaciona se sustenta não só na lembrança de uma pessoa, como também na de outras; dessa maneira, os fatos tendem a assumir maior relevância para o indivíduo a partir do momento em que passam a ser recordados em caráter de coletividade dentro do grupo ao qual ele pertence. Quer-se dizer, segundo o sociólogo, que a memória coletiva se consolida quando cada indivíduo passa a recordar um determinado fato em conformidade com as ideias do grupo em que se encontra inserido. Logo, para que haja uma memória coletiva, a lembrança desse fato, por mais que dependa de uma consciência individual, deve concordar com as diversas consciências dos sujeitos que integram o mesmo grupo, ainda que as memórias individuais se apresentem como pontos de vista sobre uma memória coletiva.

O autor ressalta, todavia, que embora a memória individual se aproprie da memória coletiva como referência, aquela não deixa de seguir um caminho próprio; em via de mão dupla, a memória coletiva se orienta pelo conjunto de memórias individuais que a compõem, moldando-se justamente por influência delas. Isto posto, esclarece o autor que o empréstimo de pontos referenciais por parte da memória coletiva induz os indivíduos do grupo a evocá-los como se da sua consciência se originassem por completo, mas que, na realidade, foram forjados a partir de testemunhos e relatos cuja origem não mais se conhece, inviabilizando o discernimento entre o que é particular ou coletivo.

O tempo social enunciado por Halbwachs, isto é, a percepção da passagem do tempo de acordo com o senso de coletividade, auxilia a compreensão do fato de a consciência coletiva inerente ao grupo não durar perenemente, levando-nos a concluir que o tempo do grupo se torna igualmente finito, a julgar pela necessidade constante de existir indivíduos capazes de promover

a sua continuidade. Depreendemos que, enquanto houver consciências individuais interagindo com uma memória coletiva, o grupo se mantém; não mais havendo, o grupo se desfaz. O teor dessa argumentação se inspira na sociologia durkheiminiana, que atribui uma preponderância do grupo social no processo de reconstituição das lembranças.

Com base no caráter social da memória, Loiva Otero Félix (2004) propõe uma conexão entre lembranças e vivências, sendo estas embasadas em laços afetivos, os quais fundamentam a noção de pertencimento social ao grupo. Em vista disso, a memória social finda por se esvaír quando a relação de afetividade manifestada no interior de um grupo se dissolve.

A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a *reconstrução de memórias*, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto *processo*. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo. (Ibid., p. 40, *grifos da autora*).

Se o tempo de Fausto Cardoso não poderia durar para sempre, a construção identitária que o seu grupo semeou demandaria algum tipo de meio para se reproduzir através da geração seguinte a dos contemporâneos da revolta. A ideia segundo a qual o documento pode exercer, em simultâneo, a função de monumento, faz-se relevante neste ponto da pesquisa, visto que, nas palavras de LeGoff (Op. cit., p. 495) “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. Dito isto, salientamos que a concepção historiográfica da noção de documento/monumento nos levará a entender a abordagem que a seguir se tecerá.

Na dinâmica do resgate à memória com o intuito de evitar o seu possível esquecimento, convém assinalarmos a contribuição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicação periódica na qual encontramos, em determinadas edições, textos que rememoram a Revolta de 10 de agosto, lançando-se nova luz sobre os acontecimentos a ela concernentes e os personagens que dela participaram. Ainda em 1907, antes mesmo da fundação do Instituto, que se daria cinco anos mais tarde, José Cupertino Dantas, uma das testemunhas oculares da revolta, redigiu um texto sobre a tragédia, que só seria publicado em 1943, tendo como suporte a Revista do IHGSe. Insinuando uma imparcialidade da qual parece se vangloriar, Cupertino Dantas sugere que o seu relato se respalda não unicamente no seu próprio testemunho, mas no de outros indivíduos, sejam estes faustistas ou olimpistas, e até pessoas que não tomaram partido.

Por isso, tímido e acanhado que sempre fui, sem destinar esta crônica à imprensa, a escrevi unicamente para em todo tempo *avivar a minha memória e a dos amigos a quem me animasse a mostra-la*, sobre fatos de suma importância, de um notável período da nossa vida política, *relatados com a veracidade de que me posso jactar*, – não só pelo que pessoalmente vi e observei, como por informações apanhadas na pureza de narrações espontâneas, tanto da parte de pessoas dedicadas ao Monsenhor Olímpio Campos, como da parte de amigos do Dr. Fausto Cardoso (...) quer também da parte de pessoas estranhas às duas fa[c]ções e aos seus manejos. (DANTAS, 1943, p. 11, *grifos nossos*).¹

Em um testemunho que se estende por um total de quarenta e oito capítulos dispostos ao longo de 55 páginas, o autor examina o contexto que prenunciou a eclosão da revolta, descrevendo as minudências da exaltação de ânimos que teria contagiado o povo ao tomar conhecimento da proximidade da chegada de Fausto Cardoso vindo do Rio de Janeiro: “reinava na cidade uma efervescência indescritível. Por toda a parte era recebida com alegria, que tocava as raias do delírio, a alvissareira notícia trazida pelo telegrama da manhã.” (Ibid., p. 16).

Constata-se que no detalhamento da expectativa e dos preparativos para a recepção do deputado em Aracaju subjaz um esforço empreendido por Cupertino Dantas de recordar os valores morais atribuídos pelo grupo faustista ao líder oposicionista, valores estes que suscitavam a esperança de que aquele homem chegava para catalisar a queda de um governo que, segundo o ideário do grupo, haveria de se dissolver inevitavelmente, sendo isto uma questão de tempo. Nesse sentido, conta o autor que “por generosidade alguns contavam pelos dêdos os dias de vida do governo, que certamente não seria preciso depor, pois cairia por si, estigmatizado e podre” (Ibid., p. 18).

Apesar de o testemunho memorialístico redigido por Cupertino Dantas ter se tornado uma referência de destaque no rol de registros respeitantes aos eventos sucedidos no contexto da revolta, há, ainda, outros escritos publicados na Revista do IHGSe que abordam o assunto, como o texto *Fausto Cardoso e a Revolução de 1906* de autoria do Dr. José Calasans Brandão da Silva, em que o autor examina, em apenas cinco páginas sucintas, a suposta capacidade do deputado de antever a possibilidade da ocorrência do próprio assassinato.

Fausto avisou que iria morrer defendendo a honra de sua terra. Apanhou a bengala, o chapéu de Chile e bradou para os amigos: Ninguém é obrigado, porém quem quiser morrer siga-me. (...) Tomou o rumo do Palácio um homem que ia morrer, sabendo que ia morrer, certo de que precisava morrer. Um cartomante, meses antes, profetizara sua morte numa praça pública. (...)

¹ Será mantida a ortografia original em citações de fontes e referências que apresentam uma estrutura gramatical não mais vigente.

Somente o tribuno sabia que ia morrer no cumprimento integral do seu destino glorioso, raro, magnífico. (CALASANS, 1945, p. 22).

Com o decorrer dos anos, o tempo de Fausto Cardoso sinalizava alguma decadência, mas na Revista do Instituto havia quem continuasse a trazer à tona a revolta a fim de garantir que ela não cairia no esquecimento. Em 1960, Zózimo Lima publicou o breve artigo *Revivendo Fausto Cardoso*, no qual o autor lamenta a inexistência de escritos biográficos atinentes ao deputado, e, por essa razão, delinea a trajetória política do tribuno, mesmo que em largos traços “(...) para que não se perca, no pó dos arquivos, ou devorado pelas traças e cupins, o que ainda se lê nas estraçalhadas e remendadas coleções dos nossos jornais.” (LIMA, 1960, p. 86).

Mais recentemente, a Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliva publicou três artigos na Revista do IHGSe: *Fausto Cardoso: as ideias de um líder* (1982), *Fausto Cardoso, um tobiático na política* (1989) e *Fausto Cardoso, herói de Sergipe* (2006), nos quais abordou, de maneira analítica, variados aspectos relativos à atuação política do deputado, relacionando-a, sobretudo, com os ideais e princípios por ele defendidos ao longo da carreira sob influência particular do mestre Tobias Barreto, personagem que exerceu considerável relevância em seu itinerário político por conta de uma convivência profícua consumada durante a formação do tribuno na Escola do Recife. No centenário da revolta, a professora se ateve a uma discussão pautada nas concepções faustistas que auxiliam a compreensão do processo de construção simbólica do status conferido a Fausto Cardoso de herói libertador. Nessa perspectiva, a autora se refere aos ritos fúnebres como elementos basilares no que tange à fabricação do caráter de “messias sergipano”, virtude esta que, por seu turno, fundamentou o estabelecimento de uma batalha de memórias.

A elaboração da imagem do herói inspira-se na ação política do homenageado, particularmente nos episódios da revolta Fausto Cardoso. Fundamenta-se também no registro da atuação que teve o Deputado na tribuna da Câmara, aprofundando e ampliando o que dele foi dito na propaganda eleitoral quando candidato a deputado federal pela oposição ao Olimpismo. Mas foram os rituais fúnebres que o consagraram, ao se repetirem, religiosamente, nas datas de aniversário da sua morte. O legado atravessou os anos e foi mantido, ainda, pelo menos uma geração após a dos que o instituíram, como um culto que passou de pais para filhos. (OLIVA, 2006, p. 20).

Tendo sido consumada a Revolta de 10 de agosto, faustistas e olimpistas investiram com afincos na rememoração dos seus respectivos líderes, promovendo solenidades com vistas a homenageá-los. Anteriormente à instalação de uma estátua em praça pública, os faustistas, em particular, organizaram romarias periódicas, das quais nos ocuparemos adiante. Por ora, apropriemo-nos do ensejo para introduzir um quesito que se faz oportuno evocar na presente explanação: a conceituação e funcionalidade dos chamados “lugares de memória”.

Sobre a constituição dos lugares de memória – *Les Lieux de Memoire* –, Nora (1993) traz a lume o processo de dessacralização da memória em decorrência do discurso crítico da história na condição de operação intelectual, processo este levado a cabo em conformidade com a proporção em que o fenômeno da aceleração da história promove um distanciamento progressivo entre a memória social espontânea e natural manifestada nas sociedades tidas como “primitivas” e a memória necessariamente reconstituída por meio de suportes e referenciais exteriores, tais como museus, cemitérios, monumentos, santuários, entre outros.

É, pois, o fator da ausência de espontaneidade que motiva a execução de operações não naturais, as quais objetivam proporcionar a manutenção de uma memória respaldada em lugares, haja vista que “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (...) Se víssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis.” (Ibid., p. 13). Considerando-se o pressuposto de que os lugares de memória se constituem como tais em virtude da coexistência de três atributos elementares – material, simbólico e funcional –, os quais devem sempre se apresentar em concomitância, mas em graus distintos (Ibid., pp. 21-22), depreendemos que, uma vez providos das referidas características, tanto o Cemitério Santa Isabel, quanto o monumento a Fausto Cardoso, em cuja base se depositaria, seis anos mais tarde, os seus restos mortais, despontam ambos como lugares de memória.

Tanto o cemitério, quanto a estátua, são materiais por serem tangíveis; simbólicos por transmitirem uma lembrança; e funcionais por reconstituírem um acontecimento do qual uma grande maioria de indivíduos não tomou parte. Contudo, faz-se essencial assinalar aqui uma diferença capital que não deve passar despercebida: mesmo partilhando com o monumento o status de lugar de memória de acordo com os critérios supracitados, o cemitério consiste em um espaço caracterizado pelo aspecto da coletividade, pois comporta e abriga outros mortos, já que esta é, por excelência, a sua função, ao passo que o monumento é erigido para ratificar a individualidade do sujeito e assegurar a exclusividade da memória.

De todo modo, as homenagens póstumas rendidas a Fausto Cardoso encontraram em seus respectivos lugares de memória os suportes materiais propícios para a sua efetivação e autopreservação, resguardando, assim, o culto àquele político da ameaça do esquecimento. No que se refere ao contexto das celebrações promovidas pelo grupo faustista em torno do seu líder morto, o propósito de manutenção da memória respaldou a realização de variadas solenidades, como missas fúnebres e romarias que aglomeravam numerosos populares no cemitério, e, para além dessas formas de celebrações, a publicação de textos memorialísticos, o pronunciamento de discursos e, sobretudo, a construção de uma estátua em praça pública.

Considerando-se que a propaganda faustista fabricou a representação de um herói libertador por meio da elaboração de uma memória coletiva posteriormente corroborada pelos lugares de memória, constatamos que essa construção foi gradualmente concebida ao longo do período de atividade política de Fausto Cardoso na tribuna da Câmara dos Deputados, na capital federal. Sucede que, apesar de ser anterior à eclosão da revolta propriamente dita, a referida idealização se consagraria por intermédio dos ritos fúnebres promovidos pelo grupo, com vistas a homenagear aquele sujeito que teria morrido defendendo a liberdade do povo.

Antes de adentrarmos na temática concernente às exéquias e aos ofícios religiosos organizados pelos faustistas em memória do deputado assassinado na Revolta de 10 de agosto, recorreremos a uma breve digressão com o intuito de analisar o sistema relacional estabelecido entre vivos e mortos no Brasil durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, evidenciando as transformações engendradas no âmbito da postura comportamental diante da morte, sob influência de um processo de medicalização causador de interferências nas práticas fúnebres outrora regulamentadas com prevalência da doutrina eclesiástica católica.

Miasmas, epidemias e a medicalização da morte: um olhar sobre a reconfiguração dos ritos fúnebres no Brasil durante o século XIX

Os quarenta e dois anos incompletos da vida de Fausto Cardoso transcorreram em uma fase de mudanças significativas no tocante à postura diante da morte e das práticas relativas aos ritos fúnebres no Brasil. As modificações que reconfiguraram o comportamento dos vivos perante os mortos, mormente na segunda metade do século XIX, serão aqui esquadrihadas com o interesse de delinear um panorama geral acerca dos rituais funerários atinentes à época do assassinato do deputado sergipano. Nesse sentido, cumpre assinalar, em primeiro lugar, a influência anteriormente exercida pela doutrina católica, desde a Idade Média, na elaboração de um aparato ritualístico proporcionador da “boa morte”, ou seja, a morte amparada por uma sequência de ritos, cuja execução propositava assegurar a elevação das almas rumo ao Céu.

Explica LeGoff (Op. cit., pp. 406-410) que a Igreja, ao consolidar-se como instituição dominante no período medieval, instituiu rituais litúrgicos por meio dos quais se evocava não somente a memória de Jesus Cristo e dos santos, mas, também, a dos mortos, tornando-os objetos de oração, principalmente quando inscritos nos *libri memorialis*, os livros de memória. O historiador destaca, ademais, a criação de uma data especial voltada para a celebração dos mortos, o dia 2 de novembro, que se tornaria ainda mais funcional a partir da construção simbólica do Purgatório, local teoricamente situado entre o Céu e o Inferno. Foi, então, por

meio da teologia, da literatura e da arte, que a Igreja estruturou alegoricamente os seus “lugares”, representando a contraposição entre as noções de vícios e virtudes.

Gradativamente, as estratégias do “bem-morrer” se consubstanciaram com ritos que abarcavam a preparação do indivíduo para a morte, passando pela extrema-unção e alcançando as missas, os cortejos e os funerais. Entretanto, segundo João José Reis (1991), já no século XVIII, na Europa, o Iluminismo apontava para uma tendência de descristianização da morte, acarretando a redução dos pedidos de missas em testamentos e a atenuação da pompa funerária, em sentido lato. Essa diminuição do conteúdo de fundamento religioso no que tange a práticas fúnebres pode ser visualizada sob a ótica da preocupação crescente dos profissionais da medicina com a problemática da manutenção da saúde pública, tendo em conta que os métodos então vigentes de enterramento pressupunham a utilização das dependências da própria igreja como local de inumação cadavérica.

Enterrar pessoas no espaço da igreja suscitava debates recorrentes a respeito das implicações oriundas da teoria miasmática, segundo a qual a decomposição de matéria orgânica, combinada aos efeitos produzidos por elementos atmosféricos, formavam um tipo específico de vapor que poderia contaminar o ar respirável, sendo, portanto, potencialmente nocivo à saúde das pessoas. Salienta-se, porém, que o enterro em igrejas não se expandia a toda a população:

Nem todos os mortos tinham direito à sepultura eclesiástica. Ela era terminantemente proibida aos judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tinham profissão de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos. (...) As interdições tinham um claro objetivo pedagógico (...). (Ibid., p. 174).

Ser sepultado na igreja e, sobretudo, próximo ao altar, consistia em um privilégio para os fiéis; a medicina, por seu lado, rejeitava essa conduta, respaldando o seu posicionamento no argumento de que o enterramento na parte interna dos templos decorria de uma mentalidade caracterizada, a um só tempo, por atraso e superstição. Em vista disso, a campanha sanitária propunha que os enterros em igrejas precisavam ser abolidos, levando a população a recorrer aos cemitérios extramuros, preferencialmente afastados das aglomerações urbanas, para sepultar os mortos de maneira apropriada, sem trazer riscos à integridade dos vivos.

Travou-se, pois, uma revolução cultural no decorrer de todo o século XIX, a fim de modificar os hábitos considerados insalubres por parte da comunidade médica, instituindo práticas alinhadas a um projeto de saneamento civilizatório e higienizador, e evitando a propagação de doenças e a ocorrência de epidemias advindas dos supostos miasmas. Mas é

conveniente pontuar que a utilidade dos cemitérios não se restringe ao âmbito sanitário. Para Juliana Maria Martins (2019), o ambiente do cemitério, além de resguardar os restos humanos, serve como lugar sagrado de sepultamento dos entes queridos, e, além dessas atribuições, também funciona como um lugar evocador da memória e da identidade.

Conforme discute a professora especialista em História, Arqueologia e Sociedade (Ibid., p. 63), “ao mesmo tempo em que os cemitérios falam sobre as sociedades que os utilizam, por meio de uma metáfora incorporada, eles também guardam *in situ* a sua própria história. É um ambiente que reflete as diversas leituras sobre o universo da morte”.

Localizado no bairro Santo Antônio, nas adjacências do Centro da cidade de Aracaju, e em atividade nos dias atuais, o Cemitério Santa Isabel começou a funcionar no dia 25 de fevereiro de 1862, tendo a sua inauguração se dado sete anos após a fundação dessa cidade, ocorrida em 17 de março de 1855, em pleno contexto de mudanças culturais e sociais orientadas pelos ideais de progresso e modernidade. O cemitério não constava no projeto piloto da capital executado pelo Eng.º Sebastião José Basílio Pirro, uma vez que o traçado original apresentava somente os elementos urbanos que hoje correspondem ao bairro Centro, a partir do qual os demais bairros circunvizinhos mais tarde se desenvolveriam.

Convém assinalar a existência de uma pequena necrópole que funcionava dentro do perímetro do projeto piloto da cidade, e que fora desativada durante a construção do Cemitério Santa Isabel. Segundo Sebrão Sobrinho (1955, p. 382), o imperador d. Pedro II, ao visitar o chamado “cemitério do Alto da Santa Cruz” em 1860, surpreendeu-se com a deterioração daquele lugar, onde se notava numerosas aberturas na cerca de madeira. Acompanhando o monarca, o Pe. Elisiário Teles, vigário da capital, explicou-o que o espaço se encontrava em tal estado porque os moradores furtavam as varas da cerca à noite para fazer lenha, ao que o imperador se ofereceu para ceder uma quantia destinada à execução das melhorias necessárias. A verba, no entanto, acabou servindo para custear a estruturação do Santa Isabel.

Apesar da relativa proximidade do Cemitério Santa Isabel em relação ao Centro, podemos inferir que a definição do logradouro para a edificação dessa necrópole levou em consideração a nova postura sanitária de tratamento dos mortos, se presumirmos que, na concepção inicial de urbanização de Aracaju, estabelecer os enterramentos fora dos limites da área central já sugeria o cumprimento de um dos principais requisitos referentes às diretrizes propostas pelos adeptos da campanha sanitária. Ante o exposto, demonstramos que os enterros do deputado Fausto Cardoso e de Nicolau Nascimento no dia subsequente aos seus óbitos, em

agosto de 1906, enquadraram-se em um cenário de reconfiguração das regras orientadoras das práticas funerárias. Mas, contrariando as prescrições instituídas, o sepultamento de Olímpio Campos, adversário dos faustistas, baseou-se na tradição eclesiástica e foi efetuado no interior da Igreja Matriz, conduta possivelmente justificada pela sua condição de sacerdote adquirida ainda antes do seu envolvimento na cena política, o que, conforme conjecturamos, garantiu-lhe o direito de ser inumado dentro do templo religioso.

Figura 1 – Vista parcial de Aracaju, com demarcação do perímetro do Centro da cidade.



Durante os seis anos que equivalem ao nosso recorte temporal, o cemitério constituiu o principal ponto de rememoração no culto a Fausto Cardoso e, sobretudo, o lugar que propiciou a construção e a reafirmação da identidade de um grupo político derrotado, mas resiliente. No entanto, os partidários do faustismo almejavam conferir maior destaque à figura do deputado, erigindo um monumento cuja base abrigaria os reminiscentes humanos de ambas as vítimas do assassinio, Fausto e Nicolau. A ideia era removê-los de um espaço no qual se cultuava múltiplas memórias, por vezes anônimas, – de acordo com o que discutimos há pouco – e trasladá-los para um lugar que proporcionasse, em tese, a evocação de uma memória exclusiva; não por acaso, a praça escolhida para a instalação do monumento se tratava, justamente, da mesma praça onde os dois homens foram baleados. A seguir, analisaremos a morte do líder faustista sob a perspectiva dos textos jornalísticos de periódicos então circulantes em Aracaju, com vistas a visualizarmos a problemática da construção da memória coletiva utilizando como base as publicações da imprensa sergipana, fonte primordial para o estudo desse contexto.

O “heroe e martyr” de Sergipe: a função social da imprensa como suporte para o culto à memória de Fausto Cardoso²

No caso específico da morte de Fausto Cardoso, ocorrida em uma circunstância de transição das práticas tradicionais da Igreja para uma nova postura cultural diante da morte, evidencia-se o fato de que as procissões fúnebres características do catolicismo barroco aparentemente deixaram de ser comuns para uma parcela considerável dos funerais e se tornaram exceções, mantendo-se, porém, a profusão da afluência popular, uma vez que as romarias em memória ao líder revoltoso teriam contado com a presença de milhares de pessoas.

Retomemos, pois, a discussão concernente à construção de uma memória coletiva, haja vista que aqui se faz necessário analisar mais detidamente o papel desempenhado pelos jornais no que tange a esse aspecto elementar da pesquisa, a fim de compreendermos as relações existentes entre o teor dos artigos jornalísticos publicados pela imprensa aracajuana e a consolidação do culto à memória de Fausto Cardoso ao longo dos seis anos subsequentes ao seu assassinato, tempo durante o qual os seus restos mortais permaneceram nas dependências do cemitério, antes de serem trasladados para a base da estátua.

Com o propósito de buscar estabelecer a referida correlação, Suelayne Oliveira Andrade (2019, p. 79) suscita um questionamento não somente pertinente, como também

² Os termos colocados entre aspas se encontram na edição de 24/10/1906 do Correio de Aracaju: “Dorme sonhador e crente, heroe e martyr; que não te desperte o ruido de nossas lágrimas (...)”.

norteador para a matéria presentemente discutida: “(...) os jornais seriam um novo suporte para comunicar a morte e um instrumento de legitimação da memória dos mortos?”. A pergunta provoca uma reflexão, que, por conseguinte, conduz a uma argumentação relevante que coloca em pauta a função social da imprensa no contexto dos rituais fúnebres, qual seja a de causar comoção generalizada e despertar o senso de solidariedade na população, gerando uma mobilização em torno do falecimento de um indivíduo e, dessa maneira, transformando a morte em um acontecimento social.

Levando-se em conta que todo o conjunto de homenagens póstumas respeitantes a Fausto Cardoso parece ter se tornado um importante acontecimento no que se refere à dinâmica social aracajuana, como explicar a volumosa concorrência de populares que compareceram a essas celebrações, as quais propositavam consagrar e prestar tributo a uma liderança pertencente à esfera da política, estando inserida, portanto, no seio de um grupo específico? Para que possamos empreender uma tentativa de elucidar a interrogação com a qual nos defrontamos, torna-se vital distinguir duas facetas cruciais: de um lado, a caracterização forjada pelo grupo faustista acerca do seu líder, fator que se restringe, *grosso modo*, ao cenário político; de outro, a gênese de uma memória coletiva que está relacionada, principalmente, ao espectro cultural.

Aferimos que, enquanto as causas da revolta e a sua deflagração constituem aspectos que se situam no campo da atuação política de Fausto Cardoso e do seu grupo, os ritos fúnebres organizados após a morte do deputado requerem, por seu turno, uma análise focalizada nos elementos culturais que os constituem. Pressupondo-se que os jornais editados em Sergipe na época da revolta não se isentavam de engajamento político, as inclinações para um ou outro grupo findavam por contrapor a lembrança ao esquecimento. É com base nessa lógica de contraposição que os modos com os quais a morte de Fausto Cardoso foi abordada pelos jornais oferecem-nos alguns indícios para formular uma possível justificativa para o comparecimento massivo nas celebrações fúnebres.

Ao noticiar aos seus leitores o funesto acontecimento que se dera na capital e a agonia dos últimos momentos de vida do líder faustista, O Estado de Sergipe escrevia:

Em frente ao palacio da presidencia, fatalmente varado por uma bala de carabina, resistindo á ordem legal que mandava repor as auctoridades anteriormente depostas, ás 11 horas da manhã de 28 do [mês] preterito, o grande brasileiro, o impeterrito [isto é, destemido] sergipano, que se chamou Fausto Cardoso, o qual conseguiu viver por algumas horas ainda para dizer o ultimo adeus a familia, que adorava. (...) Cercado de seus amigos, abraçado

com todos elles, arquejou o derradeiro alento, o ultimo suspiro, inclinando a cabeça e deixando esvair-se o resto de força vital.³

A matéria prosseguia traçando um panorama biográfico de Fausto Cardoso, encerrando-se com o informe de que “o seu enterramento effectuou-se ás 9 horas da manhã do dia 29 do mez passado [agosto], com grande acompanhamento”. Nos jornais consultados, contudo, não se encontrou maior detalhamento acerca da circunstância do sepultamento; o que o jornal apontou foi que o então presidente do Estado, desembargador Guilherme Campos, fez-se representado naquele enterro pelo seu secretário, cujo nome não se mencionou.

Diante da gravidade dos fatos, apresentou-se para votação um projeto de anistia aos correligionários de Fausto Cardoso, projeto tal que não enfrentou objeções, sendo brevemente aprovado. Por conseguinte, uma edição posterior d’O Estado de Sergipe informou que, “por um meritorio acto de clemencia”, o Governo do Estado decidira anistiar os revoltosos envolvidos na “sanguinaria sedição, que tão tragicamente terminou”, deixando claramente registrado que “nada se procederá contra os revoltosos de 10 de agosto, que ficam dispensados de solicitar amnistia do Congresso Nacional, pois se lhes concede amnistia de facto”.⁴

Vê-se que, conforme indica as fontes, o saldo da tragédia chocara tanto os faustistas, quanto os olimpistas, incluindo-se o próprio monsenhor Olímpio Campos e os demais representantes do governo. Ainda em setembro, O Estado de Sergipe entrevistou o Dr. Theodoreto Nascimento, inspetor de higiene de Aracaju, cuja fala, reproduzida no jornal, corroborava essa premissa, sugerindo que:

Nessa consternação, que é geral, toma parte todo Sergipe desde as classes inferiores até as altas individualidades do poder, principalmente os srs. senador Olympio Campos, chefe do partido dominante, e drs. Guilherme Campos e Pelino Nobre, que não cessam de deplorar a morte trágica do eminente e pranteado sergipano.⁵

As fontes levam a crer que, desde o desfecho trágico da revolta que vitimou Fausto Cardoso e Nicolau Nascimento, ambas as mortes consternaram o povo sergipano, em especial a do tribuno, uma vez que, antes mesmo da fatalidade, a sua fama de herói civilizador já estava largamente difundida; o que não se esperava entre os correligionários faustistas era o novo atributo que passaria a caracterizar o deputado no instante derradeiro da revolta, o de mártir.

³ O Estado de Sergipe, 01/09/1906.

⁴ O Estado de Sergipe, 05/09/1906.

⁵ O Estado de Sergipe, 18/09/1906.

Nesse ínterim, as repressões do governo do estado ao culto a Fausto Cardoso geravam uma atmosfera de insegurança, chegando a causar certa indignação entre os partidários do faustismo. De acordo com Oliva (2006, p. 32) as lembranças que se deram ao longo de todo o ano de 1906 transcorreram em clima de desafio ao grupo político governista, cujos representantes tentaram recorrentemente coibir o livre acesso de faustistas ao túmulo do tribuno. Recorrendo aos jornais propriamente ditos, haveremos de comprovar a seguir que, conforme explica a historiadora, a imprensa não se curvava aos rumores de perseguições do governo, continuando a divulgar os convites para as exéquias seguidas de romarias.

Às vésperas do primeiro aniversário do assassinato, por exemplo, alude-se nas páginas do Correio de Aracaju ao “insidioso alarma” que dizia respeito aos boatos circulados “de ouvido em ouvido”, segundo os quais “as autoridades estaduais impedirão as consagrações feitas ao nome de um grande morto”. Os redatores do jornal, entretanto, asseguravam que “ninguém perturbará a execução das manifestações a Fausto Cardoso” e prosseguia, garantindo: “se qualquer [indivíduo] tentasse esse sacrilégio, o sr. Desembargador Guilherme [Campos], illustre presidente do Estado, empregaria todos os meios para evital-o”. Em seguida, o artigo descreve Guilherme Campos como um homem que “sabe respeitar a memória dos que se forão da vida, quer se trate de um homem como Fausto Cardoso, quer de um indivíduo sem importância alguma, que repouse na sepultura rasa do campo santo”. Conclui-se o assunto asseverando-se: “o desembargador Guilherme não é um profanador de sepulchros”.⁶

Vale ressaltar que esta não foi a primeira vez que o jornal reportou esse tipo de repressão, assim como não seria a última. Para citarmos um outro exemplo curioso, quando as mortes ainda contavam apenas noventa dias o periódico publicou uma “triste nóta” informando aos leitores que “veio ao escriptorio d’esta redacção uma multidão de môças todas indignadas e muito sentidas, por lhe terem vedado terminantemente os portões do cemiterio d’esta capital, onde jazem os preciosos restos de Fausto Cardoso”. Escreveu-se na matéria que, frustradas por não poderem depositar flores no túmulo do “mallogrado sergipano, pelo motivo daquelle dia sêr o nonagessimo do seu passamento”, as mulheres teriam lastimado e chorado, regressando para as suas residências depois de lançarem as flores por cima das grades do cemitério.⁷

No Correio de Aracaju, os convites para as missas e romarias seguiam um padrão editorial que facilitava a localização das notas no corpo do jornal, ainda que não se

⁶ Correio de Aracaju, 25/08/1907.

⁷ Correio de Aracaju, 02/12/1906.

encontrassem destacadas no topo da página. Em 28 de janeiro de 1907, o informativo sobre as celebrações de sexto mês “por alma do falecido deputado” foi publicado encimado pelo título sucinto e objetivo “Fausto Cardoso”, que demonstrava ser capaz de sugerir ao leitor o que ali estaria escrito. E assim convocava-se o público para a romaria “promovida por senhoritas e cavalheiros que vão ao cemiterio desta cidade, collocar bella grinalda no tumulo do tribuno sergipano”, romaria esta cujo “prestito sahirá da rua de Pacatuba ás 5 horas da tarde”.⁸

O local dos ofícios religiosos costumava ser a Igreja Matriz da capital. O percurso das romarias parece não ter sido alterado, tendo em vista que, em todas as notas consultadas, o trajeto se iniciava na rua de Pacatuba e seguia até o Cemitério Santa Isabel, lugar para o qual uma parcela da multidão afluía antes mesmo do término da romaria, pondo-se a aguardar a chegada daqueles que ainda peregrinavam; homens e mulheres que “lá se forão, [a] caminho do campo santo, em demanda de uma sepultura adorada”, cidadãos e cidadãs que se prostravam “no alto das catacumbas, seguras [à]s grades que rodeião o campo dos mortos”. Envolvidas por um ímpeto generalizado de adoração, as pessoas rodeavam o túmulo do deputado, que logo “desaparecia sob camadas e camadas de rosas, de jasmims, de chrysanthemos, de saudades, de lyrios e de quantas flores mãos amigas poderam colher nos nossos jardins”.⁹

Figuras 2, 3 e 4 – Anúncios das romarias promovidas nos três primeiros aniversários da morte de Fausto Cardoso, em 1907, 1908 e 1909, respectivamente.

<p style="text-align: center;">FAUSTO CARDOSO</p> <p>As pessoas admiradoras do ardoroso tribuno sergipano Fausto Cardoso pretendem, no dia 28 do corrente—4.^a feira proxima—depositar varias corôas mortuarias, symbolos de recordação e de amizade, sobre a sepultura do indulto parlamentar e juriscogante.</p> <p>No dia indicado, passa o primeiro anniversario da morte de Fausto Cardoso.</p> <p>Pela manhã, ás 8 horas, na igreja matriz, da capital, serão celebradas exequias solennes em intenção da alma do finado.</p> <p>Tanto a romaria ao cemiterio como os officios religiosos se revestirão de grande solcmnidade.</p>	<p style="text-align: center;">Fausto Cardoso</p> <p>Amanhã as 7 horas, os amigos e admiradores do festejado intellectual e pranteado tribuno Fausto Cardozo, mandarão celebrar uma missa na Matriz desta cidade, pelo seu eterno repouzo.</p> <p>A's 4 horas da tarde irão em romaria ao seu tumulo levar grinaldas e flôres como symbolos de immorredeira saudade.</p> <p>O cortejo partirá da rua de Pacatuba da redacção do <i>Jornal de Sergipe</i>.</p> <p>A banda do 26 de infantaria tocará durante as ceremonias funebres—e puchará o prestito até o cemiterio.</p>	<p style="text-align: center;">Fausto Cardoso</p> <p>No elevado intuito de reuder merecida homenagem ao genial tribuno sergipano Fausto Cardoso, a digna commissão disso encarregada tem se esforçado afim de dar o maior brilhantismo a essas mesmas homenagens, no dia 28 do corrente, 3.^o anniversario do seu assassinato.</p> <p>Na romaria ao seu tumulo, que nos parece será de grande concorrência, a commissão pretende levantar no cemiterio uma tribuna, para todos aquelles que se queiram manifestar ao acto, não havendo absolutamente orador official.</p>
---	---	--

Correio de Aracaju.

⁸ Correio de Aracaju, 28/02/1907.

⁹ Correio de Aracaju, 01/09/1907.

O esforço de comover os leitores não se limitava, todavia, aos anúncios de exéquias e romarias; o jornal também estampava – usualmente nos aniversários da data fatídica – textos mais elaborados para rememorar a tragédia, os quais recorriam a passagens da literatura ou a referências históricas para elevar a figura do tribuno, sendo comum, até mesmo, deparar-se com alusões que insinuavam equiparações a Jesus Cristo: “a bravura de Christo transformou-o em Deus; a bravura de FAUSTO transfigurou-o em herói”.¹⁰ Completando-se dois anos da morte do deputado, em agosto de 1908, o Correio de Aracaju publicava na primeira página um texto de três colunas com o intuito de recordar a tragédia, mantendo-a patente na memória do povo: “amanhã pela mesma estrada sombria por onde, ha dous annos, passou entre dôres mudas e soluços abafados, o cadaver estremecido do glorioso Fausto, hirto no mysterio da morte (...) irmão, calcando, em romaria, triste como a saudade, em busca de seu tumulo”.¹¹

No ano seguinte, noticiava-se que a comissão encarregada da organização das celebrações do terceiro aniversário da passagem de Fausto Cardoso pretendia erguer uma tribuna em pleno cemitério “para todos aquelles que se queiram manifestar ao acto, não havendo absolutamente orador official”. Dias depois, ao noticiar a realização daquela romaria ao “illustre extincto”, o Jornal informava que “no cemiterio fizeram-se ouvir diversos oradores e gentis senhorinhas recitaram poesias”.¹²

Já em 1911, a última das romarias foi caracterizada pelo Correio de Aracaju como a mais concorrida entre todas as que já haviam sido levadas a cabo. O Diário da Manhã confirmou em suas páginas a elevada concorrência popular, trazendo um balanço quantitativo estimado: “o povo que acompanhava o prestito e o que lá [no cemitério] o aguardava, em numero de 4 ou 5 mil pessoas, fremia presa de correntes de emoções oppostas: a saudade do grande morto e o entusiasmo de vel-o sempre tamanhamente querido”.¹³ Ademais, a proposta da comissão de instalar uma tribuna provisória no cemitério parece ter tido boa recepção por parte das autoridades, sendo que, nesta ocasião, o major Olegário Dantas foi escolhido para ser o orador official nos pronunciamentos. Em seu discurso, “elle, com a facilidade de que dispõe, fez um esboço da vida do grande morto, salientou-lhe os feitos (...) sendo interrompido de onde em onde pelo applauso da multidão”. Falaram, em seguida, Clodomir Silva (ainda estudante,

¹⁰ Correio de Aracaju, 28/08/1910.

¹¹ Correio de Aracaju, 27/08/1908.

¹² Correio de Aracaju, 01/09/1909.

¹³ Diário da Manhã, 30/08/1911.

representando o Atheneu Sergipense), o jovem Geordano Chagas, o deputado Arthur Fortes, o sr. Rodrigues Vianna, e, por fim, o sargento João Thomaz de Aquino.¹⁴

A partir daquele ano, já circulava na cidade as listas de subscrições que objetivavam angariar recursos para a construção de um monumento a Fausto Cardoso em praça pública, estando a inauguração prevista para a data do sexto aniversário do assassinato. As romarias na direção do cemitério seriam, portanto, suspensas em razão da trasladação dos reminiscentes humanos do deputado e de Nicolau Nascimento para a base do monumento supradito.

Associando-se a ideia de construção da imagem de um herói libertador que já vinha sendo promovida antes da eclosão da revolta, à idealização do martírio de Fausto Cardoso por meio do exercício de uma função social embasada na propagação do sentimento de solidariedade, repara-se que os jornais exerceram influência sintomática e preponderante na formação de uma memória coletiva que transcendeu os domínios da política sergipana. Dessa forma, percebemos que, ao cumprir um papel importante na formação do culto à memória de Fausto Cardoso, as romarias veiculadas pela imprensa aracajuana “(...) se tornaram eventos do calendário da cidade de Aracaju durante alguns anos e constituíram acontecimentos sociais e culturais marcantes, na capital tida como silenciosa e triste.” (OLIVA, 2006, p. 34).

A partir de um processo amplo de divulgação, cujo sustentáculo primordial foi o elemento jornalístico, a memória coletiva que se respaldava na perda lastimável de um suposto salvador martirizado forjou-se cada vez mais substancialmente, levando a população a conceber a consciência de que Fausto Cardoso era um homem digno de todas as homenagens a ele rendidas. Importante se faz notar, entretanto, a ausência do nome de Nicolau Nascimento, a outra vítima dos disparos, na maioria das menções da imprensa às solenidades fúnebres. Sobre essa questão, explica Oliva (Ibid., pp. 41-42) que “Nicolau é o obscuro, o homem comum, de instrução rudimentar, social e culturalmente distante de Fausto Cardoso, mas como este, um puro, de coração inflamado. São dois lados da mesma moeda”. Demonstra-se que, nas engrenagens de uma consciência coletivamente consolidada, o herói era Fausto; para Nicolau, reservava-se o segundo plano.

No sentido da elaboração de uma memória coletiva influenciadora das diversas consciências individuais, Halbwachs (Op. cit., p. 64) sustenta a seguinte argumentação:

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções *que nos foram*

¹⁴ Correio de Aracaju, 30/08/1911.

inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas. (Grifos nossos).

Em outras palavras, o sociólogo correlaciona as experiências vivenciadas por um determinado grupo com a multiplicidade de vivências individuais existentes, as quais, ainda que distintas entre si, tendem a sofrer interferências por vezes inconscientes das concepções fabricadas pelo grupo em que os indivíduos se encontram inseridos, sendo que, segundo o autor, os jornais se apresentam como um dos recursos que contribuem para esse tipo de construção. Isto posto, percebemos que a metodologia utilizada pelos jornais para abordar a morte de Fausto Cardoso foi excepcional em meio à regra e incutiu na consciência dos leitores em geral a visão do grupo faustista sobre a formação de um ídolo venerável que acumulava condutas elogiosas. Assim, por meio de um fenômeno “apoteótico” legitimado, também, pela imprensa do estado, Fausto Cardoso foi transfigurado de homem em “heroe e martyr” dos sergipanos.

Considerações finais

Debruçando-nos sobre uma investigação sobre uma revolta ocorrida no contexto das primeiras décadas da República em Sergipe, deparamo-nos com as nuances da construção de um embate de memórias consubstanciado por meio da dinâmica da memória coletiva e dos lugares de memória. Visualizamos aqui algumas facetas do episódio da Revolta de Fausto Cardoso sob a perspectiva dos ritos fúnebres que foram organizados pelo grupo político faustista ante a morte do deputado divina-pastorensense considerado por seus correligionários como herói e mártir dos sergipanos, conforme uma ideia paulatinamente fabricada e legitimada.

Propondo, assim, uma análise respaldada em determinados conceitos historiográficos pertinentes correlacionados a um arcabouço de fontes, buscamos compreender de que maneira a influência do grupo faustista conduziu a formação do culto ao seu líder, objetivando reconstituir os rituais póstumos realizados em sua homenagem, a fim de elucidar o papel das exéquias e das romarias no tocante à efetivação desse processo de rememoração.

Na perspectiva da discussão teórico-metodológica pautada na relação entre história e memória, analisar o contexto da Revolta de Fausto Cardoso e a construção do culto à memória em torno daquele líder político tido como mártir por seus correligionários pode exercer uma contribuição significativa, não somente para reconstituir o intrincado panorama da política

sergipana na época em que a revolta foi empreendida, como, também, para proporcionar a compreensão das circunstâncias sob as quais se consumou um embate entre memórias que opunha o grupo faustista aos partidários do olimpismo.

O panorama da reconfiguração ocorrida no âmbito das práticas fúnebres, no Brasil, ao longo do século XIX, insere-se convenientemente na argumentação desenvolvida nestas linhas, na medida em que propicia uma contextualização necessária a respeito da época na qual sucedeu a morte de Fausto Cardoso na ocasião da revolta. De igual forma, comprova-se a relevância da função social da imprensa na divulgação das celebrações faustistas, mobilizando milhares de pessoas na capital do estado em prol da concretização do propósito almejado pelo grupo. Observamos, nesse sentido, que a imprensa se apresentava como um elemento de difusão da ideia de que Fausto Cardoso deveria ser cultuado como o “herói” que supostamente fora; induzia-se, assim, homens e mulheres a prestar homenagens, em particular, no cemitério.

Ao citarmos o caso das moças que foram impedidas de depositar flores no túmulo do deputado, notamos a presença marcante do elemento feminino na manutenção do culto, elemento este que, mesmo não sendo ativamente responsável pela fabricação de uma imagem conferida ao tribuno, endossava a construção dos faustistas por influência dos jornais. Ademais, evidencia-se que a imprensa por vezes evocava a suposta perseguição dos olimpistas contrários às homenagens com o possível intuito de reafirmar a continuidade das celebrações, a despeito de quaisquer tipos de obstáculos ou empecilhos que porventura despontassem.

Discutimos a importante diferenciação entre o tempo de Fausto Cardoso e o tempo da contemporaneidade, demonstrando que, conforme os parâmetros da sociedade disciplinar foucaultiana, as relações sociais apresentavam o fator da alteridade que levava os indivíduos a atribuir ao outro, e não a si mesmos, uma caracterização de herói. No que concerne a essa discussão, percebe-se a relevância dos jornais como lugares de memória que corroboram a perspectiva da sociedade disciplinar, na medida em que favoreciam a formação de uma representação heroica em torno do líder da revolta. Já no que se refere à Igreja, também na condição de lugar de memória, constatamos que, em Sergipe, esse âmbito não se restringia aos partidários do monsenhor Olímpio Campos, já que os ofícios religiosos promovidos por seguidores de Fausto Cardoso eram executados na Igreja Matriz de Aracaju, o que nos leva a tomar nota da existência de sacerdotes alinhados com o ideário da política faustista.

Por fim, consideramos que a presente pesquisa representa uma contribuição singela para a historiografia, podendo servir de embasamento teórico para posteriores trabalhos que

porventura aprofundem a problemática aqui levantada ou suscitem outros aspectos ainda não examinados com devida atenção e minuciosidade. Supomos que as abordagens historiográficas atinentes aos lugares de memória, à construção da memória coletiva e aos ritos fúnebres não se esgotarão de imediato, havendo uma profusão de lacunas importantes a serem preenchidas por meio da elaboração de estudos interdisciplinares. Decerto, mais contribuições serão trazidas proximamente, com vistas a complementar e enriquecer o rol de debates e argumentações sobre a formação e a manutenção do culto à memória de Fausto Cardoso e, por que não, de Nicolau Nascimento, personagem coadjuvante ainda eclipsado por um certo desconhecimento.

Fontes

Jornais

Correio de Aracaju – 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912.

Diário da Manhã (Aracaju) – 1911 e 1912.

O Estado de Sergipe – 1906.

Referências

ANDRADE, Suelayne Oliveira. “**Capitolino, um artista typographo e seu morrer**”: o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895). Curitiba: CRV, 2019.

CALASANS, José. Fausto Cardoso e a Revolução de 1906. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 18, 1945. (pp. 19-23).

DANTAS, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 12, 1943. (pp. 11-65).

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. 2.^a Ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

HALBWALCHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2.^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEGOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 7.^a Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Zózimo. Revivendo Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 25.1, 1960. (pp. 85-89).

MARTINS, Juliana Maria. **Memória e cultura material**: cemitério Campo da Saudade, município de Couto Magalhaes (TO). Jundiá/SP: Paço Editorial, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História (PUC-SP) – História e Cultura, São Paulo, vol. 10, jul./dez. 1993, pp. 7-28.

OLIVA, Terezinha. Fausto Cardoso: as ideias de um líder. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 28, 1982. (pp. 89-123).

_____. Fausto Cardoso, herói de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 35, 2006. (pp. 18-44).

_____. Fausto Cardoso, um tobiático na política. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 30, 1989. (pp. 111-115).

_____. **Impasses do federalismo brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe, 1985.

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju – 1855-1865**: ensaio de evolução urbana. 2.^a Ed. Aracaju: Governo de Sergipe; FUNDESC, 1991.

PRADO, Giliard da Silva. **A história gravada no bronze**: o monumento a Fausto Cardoso. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2006.

_____. **Batalhas da memória política em Sergipe**: as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906 – 2006). Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

_____. **Entre as pedras e os altares**: dois monumentos a memória de Olímpio Campos. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História do Aracaju**. Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.